

**CONSTRUINDO GRAMÁTICAS: UMA PERSPECTIVA
EFETIVA DA LÍNGUA ENQUANTO USO**

Carlos Eduardo Herculanano Jardim (UFT)

cadujardim01@gmail.com

Haline Janaína Franco Almeida (UFT)

haline.franco@ifma.edu.br

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@uft.edu.br

RESUMO

Sabe-se que a linguagem possibilita a inserção do indivíduo na sociedade; sendo assim, o estudo escolar da língua é importante para formar falantes competentes no uso de diversas modalidades linguísticas (sejam orais ou escritas). Cada usuário da língua possui sua individualidade linguística, que é construída por meio do contato com outros falantes, constituindo assim sua própria gramática, que pode ser considerada, em partes, como algo distante do padrão ideal, mas que não deixa de cumprir seu papel comunicativo. Nesse sentido, pretende-se, por meio deste artigo, contribuir com a discussão a respeito do ensino de língua e gramática, abordando, principalmente, a ideia da construção de fragmentos de gramática como proposta para solucionar os problemas de aprendizagem linguística. Essa proposta parte do princípio de que o aluno pode construir, na escola, seu próprio conhecimento formal acerca da língua, e que, nesse processo, nenhuma modalidade (nem as variantes linguísticas, nem a norma padrão) deve ser excluída.

Palavras-chave:

Ensino. Gramática. Língua.

ABSTRACT

We know that language enables the insertion of the individual in society; thus, school language study is important to prepare competent speakers for the use of various language modalities (oral or written). Each language user has his own linguistic individuality, which is constructed through contact with other speakers, so his own grammar is constituted, which can be considered, in part, as something far from the ideal standard, but this grammar does not fail in fulfill its communicative role. In this sense, we intend, through this article, to contribute to the discussion about the teaching of language and grammar, talking mainly about the idea of the construction of grammar fragments as a proposal to solve the problems of language learning. This proposal assumes that the student can build his own formal knowledge about the language, and in this process no modality (neither language variants nor the standard norm) should be excluded.

Keywords:

Language. Grammar. Teaching.

1. Introdução

A linguagem humana compreende um conjunto de signos expressivos, tais como gestos, sons e vocábulos, sendo a mais complexa das formas de comunicação. A aptidão para o aprendizado desse sistema é natural, o que também torna o homem um ser distinto diante das outras espécies. Essa capacidade natural para o aprendizado linguístico leva o ser humano a necessariamente dominar uma ou mais línguas, desde que seja colocado em contato com elas e que não tenha limitações físicas ou cognitivas que impeçam esse aprendizado.

A competência para a comunicação linguística é tão natural que mesmo os bebês às vezes tentam imitar os adultos, ensaiando pequenas tentativas de fala. Aos dois ou três anos, uma criança já é capaz de falar pequenas frases, fazer perguntas, pedidos e comentários de modo alagmático; ou seja, por meio da troca mútua de conhecimentos linguísticos, são capazes de formular suas próprias sentenças para expressarem seus desejos, mesmo que desconheçam qualquer organização estrutural da língua.

Nos últimos anos, muitos estudiosos têm se debruçado em estudos sobre a língua enquanto objeto de ensino. Na tentativa de solucionar os baixos índices de competência linguística formal, há a intenção de reformular as práticas de ensino de língua portuguesa até então empregadas

Logo, refletir sobre os estudos acerca da língua nos leva a repensar as ideias já consolidadas em torno das concepções de gramática. Atualmente, essas ideias têm se renovado, trazendo a compreensão da existência de inúmeras línguas e gramáticas presentes em nosso idioma. A intenção é não se limitar apenas ao conceito de norma padrão; mas, acima de tudo, tratar a língua como produto do convívio sócio comunicativo do usuário, considerando a afirmação de que “somos as línguas que falamos”.

Somente o ser humano é capacitado a usar a fala, possuindo suas particularidades ao se expressar, construindo, assim, seu acervo linguístico internalizado ou suas gramáticas, sendo estas transduzidas a partir do ambiente no qual ele está inserido.

Ou seja, todos nós temos uma competência linguística que se desenvolve desde o início de nossas vidas. As gramáticas familiares são gradativamente adquiridas a partir do momento em que os primeiros indícios de fala aparecem. Isso nos possibilita criar nosso próprio manual

linguístico, valorizando não apenas a gramática que aprendemos na escola, mas entendendo que cada usuário da língua tem liberdade para produzir seu próprio compêndio.

As reflexões em torno das inquietações linguístico-gramaticais possibilitam um novo olhar em relação à língua que falamos, afinal, os estudos linguísticos atuais nunca estão relacionados somente a uma visão única e singular, mas a um vasto campo de multiplicidades e possibilidades.

Baseado em alguns autores como Chomsky (1957), Perini (1997), Travaglia (2001), Mendonça (2009), Del Ré (2009), Oliveira e Quarezemin (2016), Deleuze (2003), Lima (1980), Piaget (1975) e Vygotsky (1998), o presente artigo pretende tratar sobre as características da língua em seu contexto social de uso, reconhecendo seu funcionamento, que ocorre independentemente de instrução formal, e buscando considerar maneiras alternativas para seu ensino.

2. *Aquisição da linguagem*

É de conhecimento geral que, desde os primórdios da humanidade, o ser humano sempre esteve inclinado à comunicação, desenvolvendo, por meios sócio interacionais, a linguagem como modo singular de expressão. Sendo assim, entende-se a linguagem como um sistema complexo de compartilhamento de signos que permitem expressar ideias, pensamentos e sentimentos. Esse sistema complexo se desenvolve como uma capacidade natural nos humanos, desde que estejam inseridos em um ambiente no qual haja acesso à linguagem. A língua não precisa ser ensinada formalmente para que seja aprendida como instrumento de comunicação por meio da fala. Porém, por outra via, a aprendizagem formal de certas modalidades linguísticas pode ocorrer como forma de capacitar o falante a interagir em diversos contextos de uso da língua. No caso da escrita, diferente da fala, é necessário que o aprendiz seja guiado a um aprendizado formal, que necessita de sistematização.

O processo de aquisição da linguagem ocorre no ser humano ainda na infância, por meios dos primeiros contatos com a língua em seu ambiente familiar; constituem-se, dessa forma, as gramáticas familiares (a-cervos linguísticos obtidos por meio das primeiras interações verbais que a criança tem com os pais ou com aqueles que a assistem). Para Chomsky (1973), a capacidade de falar presente no ser humano é inata

dentro de contextos normais (onde não há a presença de nenhuma deficiência que dificulte o aprendizado linguístico); em poucos anos de exposição à língua, uma criança torna-se capaz de processar seu acervo linguístico-lexical em estruturas, selecionando tudo aquilo que será usado nos períodos enunciativos.

A inclusão da criança nos contextos intralinguísticos propicia também seu desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, por meio de sons e gestos e variadas situações de interlocução, a criança aos poucos se desenvolve enquanto falante, desde um balbuciar até a pronúncia das primeiras palavras e seu primeiro contato com as relações gramaticais (na assim chamada fase linguística). Isso proporciona não apenas o saber sobre a língua, mas o desenvolvimento de outras inúmeras habilidades e capacidades, que são facilitadas pelo conhecimento linguístico. Logo, a importância da linguagem nos remete ao pensamento de Geraldí (1999, p. 7), afirmando o seguinte: “o fenômeno social da interação verbal é o próprio espaço da realidade da língua, pois é nele que se dão as enunciações enquanto trabalho dos sujeitos envolvidos nos processos de comunicação social”.

Piaget (1975), em sua teoria do cognitivismo construtivista, destaca que a aquisição da linguagem ocorre por meio do desenvolvimento completo do indivíduo, através de sua interação com os outros, com a cultura e com as práticas sociais. O mesmo autor (1975) também trata sobre os estágios do aprendizado da criança, sendo o primeiro chamado de **Sensório motor** (0 a 18 meses), no qual a criança se relaciona com o ambiente, engatinhando e pegando objetos, pois, de acordo com o autor, tal relação a fará criar assimilações e adequações ao campo linguístico. O segundo estágio denominado de **Pré-Operatório** (2 aos 7 anos) é constituído de uma divisão em mais 2 estágios (subclassificação), sendo o primeiro chamado de **egocêntrico** (2 aos 4 anos) e o segundo chamado de **intuitivo** (5 aos 7 anos). É neste período (dos 2 aos 7 anos) que a criança estabelece associações simbólicas, representando os objetos por meio da linguagem – no período egocêntrico, apanha tudo para si, desenvolvendo ao mesmo tempo o campo intuitivo por não agir com compreensão, mas por assimilações e repetições. Piaget (1975) aponta o estágio denominado **Pré-Operatório completo** (7 aos 11 anos) como aquele em que o indivíduo desenvolve a capacidade de reconhecer problemas abstratos e fazer relações linguísticas para caracterizar ideias como de massa e volume. E, por fim, há o estágio **Pré-Operatório formal** (a partir dos 12 anos), no qual o indivíduo se torna detentor de todos os recursos existentes para

fazer assimilações e solucionar problemas mais complexos que envolvem os recursos da língua.

Vygotsky (1989), com sua teoria do interacionismo social, evidencia que a aquisição da linguagem ocorre por meio do contexto social no qual a criança está inserida. Essa aquisição acontece pela interação da criança com mediadores, que detêm o conhecimento do objeto (língua); ainda de acordo com o mesmo autor, a criança consegue obter melhor desenvolvimento de suas competências linguísticas quando os períodos socio-interativos são direcionados a ela. Vygotsky (1989) também trata sobre a *Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)*, indicando que a construção do conhecimento linguístico é precedida e possibilitada por outros conhecimentos (não necessariamente linguísticos) que o indivíduo já domina.

Portanto, de acordo com Vygotsky (1989), para formar um novo conhecimento, como uma nova oração ou um novo vocábulo, é necessária a existência de um mediador (detentor(es) de conhecimento linguístico que interagem com a criança) para que se possa alcançar o novo aprendizado. É importante notar que, nessa perspectiva vygotskyana, o desenvolvimento do falante ocorre de fora para dentro, sendo, portanto, uma perspectiva oposta à teoria de Piaget.

Deleuze (2003, p. 11) enfatiza que o bebê, enquanto não conhecedor da língua é um ser singular, após sua integração ao contexto linguístico, o bebê torna-se um indivíduo múltiplo. Para o pensamento de Deleuze (2003), a linguagem não se separa da vida e a comunicação individual não existe. Há, portanto, a necessidade de uma associação entre o sujeito e a coletividade social.

3. O ensino do uso padrão da língua

No Brasil, a diversidade linguística é notável, ou seja, cada região tem suas peculiaridades, seus sotaques e dialetos que caracterizam o modo de ser dos falantes e a sua cultura. Por exemplo, se um mineiro conversar com um maranhense, cada um tem suas características distintas; e apesar de falarem o mesmo idioma, podem não ser compreendidos devido às inúmeras variedades linguísticas existentes. Sendo assim, a língua caracteriza o indivíduo, e a maneira de usá-la pode ser indicativa, por exemplo, da escolaridade, das origens, da idade ou do gênero do falante.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Essas variedades, algumas vezes, acabam sendo alvo de preconceito linguístico, pois muitos as consideram como modalidades em desacordo com a norma linguística padrão; isso favorece, em muitos casos, até mesmo a exclusão social de alguns indivíduos ou grupos sociais, por terem suas variantes linguísticas estigmatizadas.

Mesmo compreendendo a necessidade do respeito às variantes linguísticas, sabemos que há uma modalidade de língua que precisa ser aprendida para finalidades mais específicas e essenciais dentro da sociedade. Em alguns contextos sociais é necessário, portanto, o uso de uma linguagem padrão, cujo aprendizado ocorre principalmente de maneira formal.

Entende-se como norma padrão da língua um conjunto de convenções linguísticas estipuladas por meio de um processo indutivo. O conhecimento linguístico dessa norma, sobretudo na modalidade escrita, é essencial para o bom desempenho do falante em diversas atividades e contextos sociais.

Possenti (2002) enfatiza que o papel da escola é ensinar a norma padrão da língua e proporcionar ao aluno situações diversas em que ela seja aprendida; porém, o autor também salienta que a escola não deve ensinar somente a gramática normativa, pois a leitura e a escrita não estão restritas ao conhecimento dessa modalidade. O papel da escola é, também, proporcionar práticas atrativas para que o leitor proficiente consiga, acima de tudo, interpretar textos em vários níveis e modalidades e não somente decodificá-los.

A esse respeito Bagno (2002) esclarece:

O objetivo da escola, no que diz respeito à língua, é formar cidadãos capazes de se exprimirem de modo adequado e competente, oralmente e por escrito, para que possam se inserir de pleno direito na sociedade e ajudar na construção e na transformação dessa sociedade – é oferecer a eles uma verdadeira educação linguística. (BAGNO, 2002, p. 80)

A educação linguística consiste, portanto, em um trabalho de desenvolvimento das competências linguística/gramatical, textual e discursiva; fundamentando-se na premissa de que o estudo da língua não deve ser confundido com o puro ensino da gramática normativa, ou seja, ela não deve ser o único guia que conduz a aula de língua materna. Deve-se lembrar que a gramática internalizada do discente elenca uma gama de possibilidades de construção de novas gramáticas, o que será abordado na próxima seção.

4. A construção de gramáticas

Sabe-se que a língua é aprendida antes mesmo de se entrar na escola. O falante aprende por meio do convívio com a família e com a comunidade na qual está inserido; constrói, assim, um acervo linguístico particular e individual, ou seja, o que o torna competente como falante.

A criança, ao aprender a falar, faz uso de construções que ela ouve em seu dia a dia e as reproduz sem nenhuma preocupação com normas ou regras. Muitas dessas construções podem ser consideradas incorretas sob alguns pontos de vista, por não seguirem um padrão normativo; mas, para a linguística, são sentenças que possuem significado, já que emitem uma mensagem compreensível. É como afirma Maingueneau (*Apud* DEL RÉ, 2006), quando diz que as crianças, por volta dos três anos, já são capazes de fazer o uso produtivo de suas línguas.

A criança, quando inicia sua vida escolar, depara-se com algumas divergências relacionadas à sua competência linguística. As aulas de língua portuguesa surgem dando um novo rumo para as suas expressões enquanto falante, muitas vezes, estigmatizando um aprendizado transdutivo obtido em seu ambiente familiar.

Muito se tem discutido sobre o ensino de gramática em sala de aula. Por que os alunos passam anos estudando a língua e não conseguem compreendê-la? Qual a necessidade de memorização de regras? Essas discussões têm ficado, muitas vezes, apenas no plano da especulação, sem que se faça algo de concreto para mudar a realidade do ensino.

Além disso, muito se tem especulado também sobre o ensino pautado somente na normatividade da gramática, esta seria a causa para o desinteresse constante dos estudantes pelas aulas de língua portuguesa, visto que eles não conseguem assimilar tantas características e normas que o idioma apresenta. O resultado dessa prática pedagógica são objetivos mal colocados, metodologia inadequada e falta de organização lógica da matéria, como afirma Perini (1997).

A escola atual é portadora de um público bastante eclético, o que tornaria bem mais interessante a construção de gramáticas ou de seus fragmentos, pois cada discente tem suas experiências que, quando em conjunto com outras, produziriam um acervo relevante para melhor compreensão da linguagem.

Dessa forma, caberia ao professor de português, em sua sala de aula, criar espaços de reflexão sobre a língua, oportunizando o repensar

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de sua atividade docente enquanto prática social, o que não deixaria a gramática normativa totalmente de lado, mas tornaria a aula um campo de convivência de múltiplas variantes.

O ensino da gramática ocorre, atualmente, de forma dedutiva; ou seja, o aluno precisa entender e memorizar regras para aplicar em diferentes construções linguísticas. Dessa forma, é apresentado um manual de regras para falar e escrever bem, cabendo ao discente simplesmente aceitar e aplicar, independente de sua concordância ou não. O fornecimento dessas definições e conceitos não é suficiente para que o usuário da língua aperfeiçoe seu uso. Partir de teorias de vanguarda e buscar aplicá-las nas aulas de português pode trazer um resultado mais eficaz do que simplesmente traçar exercícios de classificação e preenchimento de lacunas. Além disso, é preciso considerar também que muitos dos conceitos encontrados na gramática normativa possuem exceções ou até mesmodivergências.

Para que os alunos possam construir seus fragmentos de gramática, é necessário partir de uma abordagem transdutiva e incentivá-los a serem pesquisadores dos fatos linguísticos, sendo eles mesmos agentes ativos do processo de formação do compêndio, conforme orientam Quarezemin e Oliveira (2016). Os alunos seriam primeiro incentivados a mostrar o que sabem sobre a língua e, posteriormente, o professor, com postura respeitosa, poderia ampliar tal conhecimento, acrescentando ao aluno o domínio da norma padrão. Mendonça (2009, p. 205) enfatiza que a prática de construir gramáticas denomina uma nova perspectiva de reflexão sobre o sistema linguístico, com vistas ao tratamento escolar de fenômenos gramaticais, textuais e discursivos.

É necessária uma nova postura dos professores de português para que trabalhem a língua em suas diversas modalidades, sabendo que seu uso deve ser valorizado nas diferentes instâncias. Por outro lado, é preciso buscar novas formas de ensinar gramática, conscientizando os estudantes de que existe uma norma padrão que é necessária em alguns contextos e que, por isso, precisa ser aprendida.

5. Considerações finais

O falante, com sua capacidade inata para o aprendizado da língua, desenvolve sua competência comunicativa que, apesar de atingir a suficiência para o convívio em sociedade ainda durante a infância, é aperfeiço-

ada ao longo da vida. Enquanto ser pertencente a uma comunidade de falantes, o indivíduo não apenas aprende uma língua, mas torna a mesma como característica de sua individualidade.

No âmbito das práticas sociais podem existir contextos nos quais seja necessário o emprego da modalidade linguística padrão. Dessa forma, cabe à escola uma renovação das práticas de ensino, para que se favoreça tanto o apreço à língua com toda as suas variedades, como o ensino da língua padrão, para que o falante possa ser livre no tocante à possibilidade de uso de múltiplas modalidades.

A língua é, pois, um gigantesco rizoma, já que interliga não só os signos, mas também os indivíduos, e não só isso, a língua também é a ponte que liga o indivíduo à construção das suas habilidades e competências. A língua também é a via entre o indivíduo e as práticas sociais, sendo assim, o papel da escola é, como já afirmamos, capacitar o indivíduo a fazer parte de quaisquer práticas sociais, valorizando a língua em suas diversas modalidades.

Neste artigo, mostramos que há um longo debate entre estudiosos que buscam uma solução para os problemas de aprendizagem linguística formal. Uma saída para esses problemas seria o ensino por meio da construção de gramáticas, algo que partiria do conhecimento que o aluno já possui. O objetivo das aulas seria levar o estudante a elaborar fragmentos de gramática que seriam enriquecidos por meio do convívio entre colegas e professor, não excluindo do ensino nem a norma padrão e nem as variantes linguísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e pensamento*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1973.

DEL RÉ, Alessandra. *Aquisição da Linguagem*. São Paulo, 2006. p. 13-44

DELEUZE, Gilles. *Proust e os Signos*. Trad. de Antônio Carlos Piquet e Roberto Machado. Forense, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, V. 1. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições 34, 1995. 94 p. (Coleção TRANS).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LIMA, Lauro de Oliveira. *Piaget para principiantes*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1980. 284p.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, Clécio.; MENDONÇA, Márcia (org.). *Português no Ensino Médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p.199-226

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 1997.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; QUAREZEMIN, Sandra. *Gramáticas na escola*. Petrópolis: Vozes, 2016. 184p.

TRAVAGLIA, Luiz C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *Pensamento e Linguagem*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.